

Diploma: **CIRC**

Artigo: **81º**

Assunto: Despesas com viaturas e transportes

Processo: 2879/2005, com despacho do Senhor Subdirector-Geral do IR, em substituição d
Geral, em 14.09.2006

Conteúdo:

" 1- Em sede de IRC, determina o n.º 3 do art.º 81º que são tributados autonomamente, e os encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e os relacionados com viaturas ligeiras ou mistas, motos e motociclos, efectuados ou suportados por sujeitos passivos não isentos sub-exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

2- Estão abrangidos por esta tributação todos os encargos dedutíveis relativos a este designadamente, reintegrações, rendas ou alugueres, seguros, despesas com manutenção, combustíveis e impostos incidentes sobre a sua posse ou utilização (vd. art.º 81º, n.º 5).

3- Contudo, foram expressamente excluídos desta norma, os encargos relacionados com o transporte de passageiros, motos e motociclos, afectos à exploração do serviço público de transportes, e os relacionados com o exercício de actividade normal do sujeito passivo, bem como as reintegrações de viaturas relativamente às quais tenha sido celebrado o acordo previsto no n.º 8 da alínea b) do artigo 81º do Código do IRS (cfr. n.º 6 do art.º 81º do Código do IRC).

Ou seja, pretendeu-se excluir do âmbito da aplicação do n.º 3 do art.º 81º, os casos em que a utilização de viaturas está directamente relacionada com a exploração do serviço público de transportes ou com a exploração de actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

4- No caso de serviços de transporte de passageiros prestados pelos hotéis e agências de viagens, transferes e pequenos circuitos turísticos, prestados exclusivamente aos seus clientes e realizados por veículos ligeiros de passageiros de sua propriedade, considera-se que tais serviços se encontram no âmbito da actividade normal do sujeito passivo, porquanto a utilização das viaturas relaciona-se directamente com a actividade desenvolvida, sendo esses serviços cobrados e facturados aos clientes.

5- Assim, as despesas relacionadas com as referidas viaturas, afectas ao serviço de transferes, estão abrangidas pela tributação autónoma, por se dever considerar que as mesmas estão abrangidas pela excepção prevista no art.º 81º do Código do IRC."